

LAHES LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL 

ANAIS DO I COLÓQUIO DO LAHES

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

Pelas águas do batismo: A Freguesia de São Manoel da Pomba e a civilização do gentio.

Adriano Toledo Paiva¹
Graduando em História - UFV

Desde a segunda metade dos setecentos e até os primórdios do oitocentos partiram dos núcleos mineradores fluxos colonizadores em direção ao litoral, a leste e ao sul dos núcleos populacionais dos primeiros tempos. Segundo Francisco Eduardo Andrade, este processo de “exteriorização colonial” era fruto de expedições de domínio e exploração dotadas de investimentos da Coroa ou particulares, culminando e destinando-se a reprodução do “sistema agrícola e minerador” que se estabeleceu nos primeiros núcleos de ocupação nas Minas.² O processo de reconfiguração da economia e população mineira, com a ocupação de novas terras agricultáveis e não aproveitadas no extenso município de Mariana, decorre dos três últimos decênios do século XVIII até o primeiro quartel do XIX.³

As dificuldades de se delimitar o espaço de uma freguesia, especialmente em uma “área inóspita”, os sertões, são grandes. O vigário de Catas Altas do Mato Dentro argumentou que os limites das freguesias são “irregulares”, “tortuosos”, pois “alguns mineiros e agricultores foram penetrando os sertões incultos, estabelecendo-se em grandes fazendas”, prestando obediência ao pároco de origem.⁴ Todavia, a Freguesia da Pomba era de grande extensão correspondendo à porção sul e central da atual Zona da Mata, confrontando ao norte com o município de Mariana, na Serra dos Arrepiados, prolongando-se até a Freguesia de Guarapiranga, na sua capela filial de São José do Xopotó. Em sentido oeste, na serra das Mercês até a foz do Rio Cágado ao sul, a Freguesia confrontava com o

¹ Graduando do curso de história na Universidade Federal de Viçosa. Agradeço a professora Maria do Carmo Pires pela orientação neste trabalho, a professora Cláudia Maria das Graças Chaves pelas sugestões e leituras, ao Padre Marcos Macário Mendes e Joelma Oliveira pelo acesso a documentação.

² ANDRADE, Francisco Eduardo. “Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX”. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana, UFOP, 1998, p.119.

³ Em 1783 os vales do Rio Pomba e Turvo se encontravam ocupados. Nas duas décadas posteriores foram ocupados o Xopotó Novo até a Barra do Rio Pomba, que constituiria a Freguesia do Presídio. CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas Agrárias e Capitalismo: Contribuições para o estudo da ocupação do solo e da Transformação do Trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII-XIX)*. Núcleo de História Econômica e Demográfica, UFOP, Série Estudos – 2, Mariana, 1999, p. 33-34.

Termo de Barbacena e a leste correspondia à barra do Rio Pomba até sua foz no Rio Paraíba.

Com a centralização da administração régia na colônia, na segunda metade do século XVIII, a fim de reanimar as forças econômicas e de mercado, o “Estado assumiu o papel de único e verdadeiro protagonista das descobertas e conquistas”. Segundo Francisco Andrade, associado a administração ativa do poder público, o crescimento populacional e ampliação de redes mercantis na capitania tornavam imprescindível a ocupação dos sertões, para atender as necessidades de encontrar novas jazidas minerais, o valimento das fronteiras e necessidade de uma ruralização em curso.⁵

Tal aspecto pode ser observado na política de D. Luis Diogo Lobo da Silva, que no ano de 1765 informou ao rei os gastos operados com o gentio da Pomba que encontrou. O Rei aprovou tais despesas realizadas pelo governador, pelas boas informações do “sítio” do qual vieram os nativos para “estabelecer alguma negociação pelos rios acima”, além de recomendar a aplicação de todos os meios necessários para “estabelecer com os mesmos índios povoações civis”.⁶ Destarte, o governador cumpriu com as ordenações régias aldeando o gentio Cropó e Croato dos Matos do Rio da Pomba e do Peixe, tendo como catequista o Reverendo Manoel de Jesus Maria. No ano de 1767 se estabeleceu o aldeamento central para os nativos, e no ano consecutivo se instalou a Freguesia do Mártil São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos, tendo o dito padre como Vigário.⁷

Aldear o gentio era o empenho das autoridades eclesiásticas e civis para a proteção da população contra possíveis ataques indígenas, além de civilizá-los. Os indígenas e as matas eram obstáculos a serem eliminados e/ou removidos para o avanço da civilização. Todavia, nas Aldeias era imposto um sistema moral e pedagógico⁸ baseado na “organização

⁴ Vigário de Catas Altas do Mato Dentro. Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, Livro 154. In: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutoramento apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996, p. 29.

⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Invenção das Minas Gerais*: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2002, p.289-290, 294-296. (Tese de Doutoramento)

⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano II - Fascículo 2º, Abril a Junho de 1897, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, p.361. Na década de 50, do século XVIII, as reformas de Pombal garantiam ao indígena sua liberdade. Com a lei régia de 1758, o Rei determina que “não só se atraiam, civilizem e cristianizemos índios dos seus domínios, mas que se estabeleçam lugares e povoações para os quais lhe mande vigários e diretores com qualidades”. O Padre Manoel de Jesus Maria e os entrantes no sertão deveriam conjugar-se às ordens régias evitando que bandeiras possam tomar terras dos nativos e reduzi-los a escravidão. *Idem*, p. 360, 358. Segundo Maria Leônia Chaves de Resende inúmeros foram os casos dos índios coloniais exigirem seus direitos a liberdade acionando a justiça. RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “Índio Coloniais em busca da Liberdade na Minas Gerais Setecentista”. *Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH – MG*. Juiz de Fora, Julho de 2004, p.1-8.

⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano II-Fascículo 2º, Abril a Junho de 1897, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, p.356.

⁸ Tal sistema se expressa na formação de aldeamentos, na utilização de vestuário, abolição do sistema comunal, da poligamia e da liderança tribal. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande, Senzala*. Formação da família brasileira sob

sexual” e divisão do trabalho. Os clérigos assumiram papel decisivo no processo de civilização dos sertões, pois, além de suas funções religiosas, desempenhavam o papel de propagadores da moral e encarregados pela concórdia e paz entre suas ovelhas. O padre era difusor da educação e da civilidade, diretor de consciências rumo à civilização dos costumes.⁹

Segundo Rafael de Freitas e Souza, a criação de aldeamentos e a transferência de Puris à Vila Rica em 1811, devido à escassez de mão-de-obra advinda da crise da atividade mineradora, devem ser compreendidas como conquista dos sertões do Leste a fim de prover o erário erágio e ampliar a arrecadação de dízimos, e no oitocentos reflete a noção progressista e desenvolvimentista.¹⁰ Deste modo, como argumenta Nobert Elias, as modificações operadas no comportamento humano, no período moderno, com o desenvolvimento de um “aparelho de autocontrole individual” e diretrizes sociais consideradas ideais se disseminaram criando novas identidades e comunicação entre os indivíduos, proporcionando a estruturação das sociedades.¹¹ Inculcar valores morais e religiosos na sociedade para incorporação de novas áreas era a prática e argumento utilizado pelo público e privado no setecentos.¹² Entretanto, no oitocentos este processo de conquista e expansão das fronteiras expressava ideal nacionalista e difusor de técnicas, conhecimentos, “visões de mundo” típicas dos Estados civilizados e do ideal político Liberal.¹³

o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, 1986, p. 144-145. SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 140.

⁹ AGUIAR, Marcos Magalhães de. “Capelães e a vida associativa na capitania de Minas Gerais”. *Revista Varia História*. N. 17, março de 1997, p. 103-104. A justiça eclesiástica e secular procurou doutrinar a população sob os ditames Tridentinos, visando estimular a devoção ao evangelho entre clérigos e prepará-los para o exercício pastoral. Os sacramentos constituíam formas eficazes de controle dos fiéis. PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e Infratores: O Tribunal eclesiástico do bispado de Mariana (1748-1800)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Historia da faculdade de história Direito e serviço Social da Unesp/ Franca, 1997, p.22-23. O bispo Azeredo Coutinho afirmava que os padres das brenhas e sertões deveriam ser sábios e instruídos nas ciências naturais, pois portaria de “boa moral e sã filosofia”, colocaria fim às discórdias com valores de Jesus Cristo e conheceria o tesouro nos corações dos paroquianos. SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.66.

¹⁰ SOUZA, Rafael de Freitas e. “A Revolta dos Puris: Resistência e Dizimação dos indígenas na Zona da mata mineira no primeiro Quartel do Século XIX”. In: *Revista do Centro de Ciências Humanas*. Universidade Federal de Viçosa. V.3, n°1 - Julho de 2003, p. 57-63.

¹¹ ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Trad. Da versão Inglesa ReyJungmann, revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993: v. II.

¹² ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.*, p. 293. Segundo Marco Antônio Silveira, a sociedade nas Minas Gerais através dos burocratas e viajantes sempre se fez presente por uma imagem de desvio, sobretudo no discurso das vilas nos último quartel do século XVIII. O irregular se estendia para além do mundo físico, os habitantes das minas eram irremediavelmente monstruosos, animalescos, desrespeitosos às regras do bom uso e comportamentos, pois viviam próximos ao estado de natureza. SILVEIRA, Marco A. *Op. Cit.*, p.65-66.

¹³ MATTOS, Ilmar R. *O Tempo de Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 4^a edição, Rio de Janeiro: Acess, 1999, p. 9-14. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. N° I, 1988, p. 5-27. OTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Organizadora Regina Horta Duarte.Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002, p. 17-18.

A múltipla abertura de novas fronteiras agrícolas, decorrente da sociedade escravista, imprimiu movimento dos homens no “período colonial”. Estas áreas transformaram-se ora em uma região voltada para a exportação, ora para o mercado interno e subsistência. A historiografia atualmente tem argumentado que um “sistema econômico possui sua lógica e dinâmica própria”, não se encaixando, portanto nos modelos clássicos de capitalismo comercial e de modo de produção escravista colonial. Desta forma, como argumenta Cláudia Maria das Graças Chaves, a construção de um espaço econômico colonial não deve prescindir de uma analogia com “mercados perfeitos”, pois eram isolados e fragmentados, baseado no trabalho escravo, na agro-exportação, submetido ao controle burocrático e político metropolitano.¹⁴

A produção historiográfica sócio-econômica mineira, a partir da década de 80 do século XX, tem como objetivo refutar as proposições de que o declínio da mineração desarticulou a sociedade mineira, atrofiando ou mesmo eliminando os tipos de relações comerciais internas. Estas produções estão fortemente embasadas em evidências empíricas, enfocando na Minas Gerais um aumento populacional em curso e uma economia diversificada, redimensionando o peso do mercado interno e das atividades que possuíam posição secundária na vida cotidiana mineira, em comparação com a extração mineral. As análises elucidam que a vida econômica e social da capitania mineira, a partir da segunda metade do século XVIII, não está unicamente determinada pelas relações diretas com o mercado externo.¹⁵ A agricultura mercantil de subsistência ganhou destaque ao lado da reavaliação do trabalho escravo e de base familiar, não se tratando mais de um excedente agrícola comercializável, mas de uma produção voltada para o mercado interno.

A diversificação das atividades econômicas nas unidades produtivas já se verificava no período inicial da colonização de Mariana. O consórcio de diversas atividades nas unidades produtoras foi evidenciado por Ângelo Alves Carrara no estudo das concessões de sesmarias e do ritmo da ocupação territorial das Minas, através de escrituras de compra e venda de imóveis. A atividade agropecuária não tinha um caráter supletivo na economia mineira, pois era intensa e expressiva. Beatriz Ricardina de Magalhães analisou os inventários *post-mortem* da Comarca de Ouro Preto de 1740 a 1770, observou que no decorrer das décadas estudadas o crescimento do complexo produtivo sítio/lavra e o aumentou dos investimentos na propriedade agrícola.¹⁶ O século XIX, segundo Carla

¹⁴ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. “O mercado Colonial: a construção de um mercado interno”. *Revista de História Econômica e Empresas*. V.6, 2003, p. 76.

¹⁵ Acerca do balanço historiográfico acerca do mercado interno e interpretações da economia colonial ver: CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p.24-45. FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1970-1830)*. 2^a edição. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1998, p. 55-116.

¹⁶ CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História agrária de Minas Gerais. (séculos XVIII e XIX)*.

Almeida e Francisco Andrade, possui uma nítida tendência à diversificação econômica, especialmente as ligadas à atividade agropecuária.¹⁷ Estes estabelecimentos suplantaram as unidades produtivas especializadas na mineração.

Segundo Beatriz Ricardina de Magalhães a população da Comarca Ouropretana tende a um decréscimo no último quartel dos setecentos, reconfigurando um movimento de redistribuição da população na Capitania Mineira, decorrente da incorporação de novas áreas e abandono de atividades pouco lucrativas.¹⁸ Estas flutuações econômicas, concernidas do ano de 1750 a 1830, são estudadas por Ângelo Alves Carrara através da análise de escrituração de dízimos e registros de passagem. O historiador evidencia que entre o período de 1750 e 1807 as freguesias mineradoras experimentaram acentuada queda na produção agropecuária, devido ao baixo nível de mercantilização decorrente da escassez do ouro. Enquanto a Comarca do Rio das Mortes se estabilizava e a porção sul da capitania crescia em demasia, desde a última metade do século XVIII, revelando sua articulação com o Rio de Janeiro. A riqueza da produção agrária concentra-se em alto grau entre 1825 a 1830 na freguesia de Pitangui, Barbacena, Curral Del Rei, Rio Pomba e São João Del Rei.¹⁹ No ano de 1827, a freguesia da Pomba possuía 633 lavradores que contribuíram com Rs 4:448\$000. No ano de 1828, a região possuía 702 lavradores que contribuíram com Rs 5:246\$860.²⁰ A Freguesia de Santa Rita do Turvo e Barra do Bacalhau, em 1835, cresceram de forma espantosa, pois com somente 92 lavradores arrolados contribuíram com Rs 2:209\$005. Tal aspecto, segundo Ângelo Alves Carrara adviria do envolvimento destes produtores com a comercialização do café.²¹

Ângelo Alves Carrara afirma que a organização regional e as articulações internas da economia mineira oitocentista, em especial das áreas de fronteira e de crescimento são convites a ser estudados pela historiografia. Portanto, desvendar a dinâmica sócio-econômica e demográfica das áreas de fronteira agrícola no leste da capitania mineira é um

Mariana. LPH/ UFOP, 1998. MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. "A demanda do Trivial: Vestuário, alimentação e Habitação". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. N° 65, julho de 1987, p. 181- 185.

¹⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades produtivas mineiras: Mariana 1750–1850*. Niterói: ICHF/ UFF, 1994. (Dissertação de mestrado). ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Enxada Complexa: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG,1994. (Dissertação de mestrado)

¹⁸ MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. *Op. Cit.*, p. 197- 199. A capitania Mineira, no intervalo de um século, transformaria de modo rápido seu espaço, redesenhando sua economia e demografia, além de proporcionar uma articulação macro regional na colônia advinda da mineração. O cenário de complexificação e diversificação econômica cunharia um processo de regionalização do território orientado pelas especificidades produtivas, diferenciações espaciais e centralidades locais. As fronteiras estavam em intenso processo de construção, no qual os eixos comerciais e de ocupação, provocariam transformações sociais. CUNHA, Alexandre Mendes. "A diferenciação dos espaços: um esforço de regionalização para o território mineiro no século XIX e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século". *X Seminário sobre Economia Mineira*. 1999, p. 03-05. PAIVA, Clotilde Andrade. *Op. Cit.*, p. 108- 126.

¹⁹ CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais. (séculos XVIII e XIX)*. Mariana. LPH/ UFOP, 1998, p.74.

²⁰ *Ibidem*, p.80.

dos principais objetivos deste projeto em curso, no qual apresentamos neste trabalho resultados parciais. Em fins do século XVIII, conforme nos informa o Padre Manoel de Jesus Maria, “o sertão da Pomba já se achava povoado de três mil pessoas de toda a qualidade”.²² A intensa concessão de sesmarias e o grande fluxo migratório arruinaram o projeto de um aldeamento central que congregasse os indígenas. Segundo Ângelo Alves Carrara, os róis de desobriga indicam o fluxo migratório para a região. No ano de 1780, Piranga e Pomba possuíam respectivamente 10087 e 1179 almas para a confissão enquanto, no ano de 1800 possuíam 10960 e 4815.²³ Tal crescimento populacional da freguesia decorre da incorporação de migrantes e da população indígena. Observar esta realidade demográfica torna-se imprescindível para uma melhor compreensão da composição familiar na região, dos migrantes e a incursão dos índios na sociedade que se estruturava. Destarte, realizar um estudo acerca da realidade setecentista de uma freguesia constitui uma tarefa de muitos desafios devido à dispersão e má conservação das fontes, bem como de seu arquivamento.

A criação da Freguesia da Pomba deve ser compreendida como conquista para a civilização dos “sertões do Leste” visando prover o Erário erágio com a implementação de uma exploração econômica da área, arregimentando fiéis vassalos para a grandeza do Rei. “Libertar as diversas tribos errantes do infame jugo da estupidez e inércia” era a tarefa do “Bom Vassalo e Bom cristão”.²⁴ A política pombalina procurava integrar o índio ao universo cultural dos colonos, tornando-os agentes da colonização. Protótipos de vassalos de sua majestade, os colonos e o Padre Manoel de Jesus Maria, configuraram redes de clientela, incultando a moral cristã e regras civilizadoras do comportamento nos bárbaros do sertão. Esta “missão civilizadora” proporcionou a destribalização indígena e seu aldeamento, assim como por vezes sua dizimação, pois eram obstáculos a ser removidos e eliminados para a exploração econômica do sertão. Como argumenta Maria Leônia Chaves de Resende, a resistência deve ser compreendida não como uma oposição aos valores das “sociedades invasoras”, como crônica preconizadora da extinção aborígine, que caracteriza o índio na oscilação entre assimilado e bárbaro.²⁵ Desta maneira enfocamos as construções e recriações identitárias nativas, suas solidariedades sociais e relações com os colonos para a construção da Freguesia, unidades produtivas e relações mercantis. Portanto, estudamos

²¹ *Ibidem, loc. cit.*

²² *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 1898, tomo II, p. 751.

²³ CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas Agrárias e Capitalismo: Contribuições para o estudo da ocupação do solo e da Transformação do Trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII-XIX)*. Núcleo de História Econômica e Demográfica, UFOP, Série Estudos – 2, Mariana, p. 16.

²⁴ SILVEIRA, Marco Antônio. *Op.cit.*, p. 50.

²⁵ RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “*Brasis coloniales*: o gentio da terra nas Minas Gerais setecentista (1730-1800)”. Prepared for delivery at the 2001 meeting of the Latin American Studies Association. Washington: September/ 2001.

as representações e identidades aborígenes como rearranjos locais aos novos quadros “impostos” pelo colonizador.²⁶

Nos assentos de batismos da Freguesia de São Manoel²⁷ podemos evidenciar a estrutura demográfica desta área de fronteira agrícola. O número de assentos utilizados correspondem a aproximadamente 1885. A categoria demográfica do Gentio representa cerca de 57% dos batismos, a de brancos correspondem a cerca de 28%. O número de batizados de escravos equivale a 12% e o de libertos a 2%. O número de batismos de crianças expostas aproxima-se de 1%.

O número de batismos de indígenas registrados totaliza aproximadamente 1049, observamos no período concernido de 1767 a 1780 um número de inocentes corresponde a 305 e o de adultos a 191. Cerca de 47% dos registros de batismos do gentio se inserem nestes anos. Entre 1780 a 1793, o número de inocentes correspondeu a 412 e o de adultos 141, representando aproximadamente 53% dos batismos de aborígenes. No ano de 1767 a 1772 os batismos de inocentes do gentio aumentaram progressivamente, sofrendo uma queda no ano de 1773 a 1774. Tal declínio no número destes batizados também foi observado em 1781 a 1786. O número de adultos ungidos no período de 1767 a 1776 é ascendente. No período de 1775 a 1776 encontramos 54 registros. Porém, a partir desta data verificamos uma queda no número de sacramentos ministrados. No período de 1789 a 1792 evidenciamos um crescimento da quantidade de assentos. Tal aumento dos batismos de inocentes e principalmente de adultos, neste período, revela a incursão de novos indivíduos aos aldeamentos, especialmente com a incorporação mais efetiva das áreas que constituiriam a Capela de São João Batista do Presídio.²⁸

O projeto civilizador empreendido avança nas tribos e angaria adeptos pelas águas do batismo, especialmente quando se integram neste ritual os chefes das tribos. Deste modo, o ritualismo cristão será investido de um poder simbólico na tribo, no que tange a escolha dos padrinhos e de uma inserção dos indígenas nas comunidades, na sua estruturação e configuração da freguesia. Nos dias quatorze de abril de 1775, Antonio Velho adulto cropós, foi batizado pelo Reverendo Manoel de Jesus Maria, “e por não haver outro

²⁶ GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 110.

²⁷ Utilizamos neste trabalho o Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793, p. 1-200. Esta transcrição foi realizada pelo Reverendo João C. Campos, no ano de 1930. Conjugamos a análise deste livro com o Livro de Registros de Batismos Original datado de 1767-1781, porém este não possui uma seqüência lógica, contém 108 páginas. Esta documentação está depositada no Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba.

²⁸ Ver tabela I e II em anexo.

sacerdote ao qual ele tem devoção de eu fosse seu padrinho o toquei juntamente".²⁹ O cacique ou capitão dos índios cropós foi batizado no ano de 1770, no dia 26 do mês de dezembro.³⁰ Nesta mesma data foi batizado Luís o capitão moço ou menor dos índios cropós.³¹ Na pia batismal, nos anos consecutivos, o dito índio se apresentava "casado perante a Igreja" com sua mulher Ignácia Leite Pereira cropó, participando das redes de compadrio e petionando para seus filhos os santos sacramentos, mas denominando-se Luís Brandão de Meneses Castelo Branco.³² Os índios da família de Antonio Velho, bem como Antonio Pequeno foram batizados, assim como o Capitão João Anacleto de Jesus, índio adulto morador no Xopotó.³³ Os filhos do Capitão Leandro Teixeira índio croato e de sua mulher Bárbara Antonia da Conceição, índia de mesma nação, batizaram seus filhos e agregados.³⁴ No tocante as famílias do gentio podem observar que a referência aos pais catecumenos correspondem a 14% dos batismos, os pais identificados a 27%, a referência ao pai ocorre em 3% dos casos, mas o número de indígenas sem referência a sua paternidade, ou filiação, aproxima-se a 40% dos registros. Este número expressivo de batismos sem referência a origem familiar está intrinsecamente relacionado ao número de índios adultos, dos quais os registros são lacunares nestas informações.

Podemos observar que os indígenas aceitavam a aproximação com o vigário através dos rituais católicos, bem como, residir nos aldeamentos para assegurar seus direitos perante aos colonos e sesmeiros. O gentio submeteu-se ao controle social eficiente dos aldeamentos. Os religiosos desempenharam funções de agentes civilizadores, assimilando os índios à "moral cristã", conduzindo-os a destribalização. No ano de 1789 os índios cropós e croatos petionavam ao rei a paz e o sossego perdido pela invasão européia, da mesma forma, o reverendo Manoel de Jesus Maria enviara uma carta ao governador da capitania informando os prejuízos para os índios decorrentes da concessão de sesmarias.³⁵

²⁹ Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793. Transcrição do Reverendo João C. Campos. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, p. 30v.

³⁰ Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793. Transcrição do Reverendo João C. Campos. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, p. 9.

³¹ Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793. Transcrição do Reverendo João C. Campos. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, p. 12.

³² Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793. Transcrição do Reverendo João C. Campos. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, p. 12, 20v, 27, 40v, 77.

³³ Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793. Transcrição do Reverendo João C. Campos. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, p. 32.

³⁴ Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793. Transcrição do Reverendo João C. Campos. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, p. 76.

³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino. Brasil caixa 132, documento 32 e caixa 149, documento 62.

Waldemar de Almeida Barbosa demonstra que o governador das Minas, no ano de 1770, doou duas sesmarias de terras para os indígenas do Rio Pomba.³⁶ Provavelmente estas sesmarias foram peticionadas na viagem do vigário a Vila Rica, no ano de 1768. Neste encontro, o eclesiástico batizou na matriz de Nossa Senhora da Conceição, na qual atuara como sacristão, o índio adulto de nação cropó Joaquim, tendo como padrinho o “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. José Luís de Meneses A. Castelo Branco e Noronha, Conde de Valadares, Governador Geral da Capitania das Minas Gerais, e por madrinha tocou com a coroa de Nossa Senhora do Carmo o sindicante Francisco José Brandão”.³⁷ O vigário da freguesia, nas últimas décadas do século XVIII, para garantir a eficácia da civilização do gentio e conquistas, vendeu terras dos índios a Manoel Vieira de Souza e Pedro Lemes Duarte, já que não recebia da capitania subsídios necessários para tais empreendimentos.³⁸ Deste modo, os indígenas tornavam-se fregueses para ter no capelão o representante de seus direitos perante os colonos, portanto, mesclava sua autoridade sacerdotal, de representante civil e do poder régio com resquícios da autoridade tribal, simbolicamente a este investida. Em suma, a criação dos aldeamentos, das vilas ou povoados nos sertões era uma forma de promover o estabelecimento de colonos, de uma população livre e pobre, configurando uma segurança e alternativa para o povoamento, além expressar garantia para o desenvolvimento de atividades comerciais.

Apresentamos alguns dados parciais da pesquisa acerca dos sertões do Rio da Pomba. A próxima etapa do trabalho advirá da observação da dinâmica populacional da freguesia e suas relações com o desenvolvimento de atividades produtivas, elucidando os mecanismos de estruturação das unidades domésticas. Todavia a expansão e movimentos de fronteira possuem com ponto de vista as relações com o abastecimento. A definição das fronteiras da Minas Gerais, segundo Renato Pinto Venâncio, conjugou o comércio e povoamento, configurando a trama das relações sociais, econômicas e políticas. Em suma, uma rede inter-regional baseada em atividades comerciais, os eixos mercantis, foram se consolidando em relações sociais e alianças econômicas que poderiam se tornar políticas. Desta maneira, as atividades comerciais e agropastoris tiveram importância fundamental para o povoamento e ocupação dos sertões, unificando regiões distantes, “desabitadas”, ao centro administrativo da capitania.³⁹ A estratégia do governo de povoar as terras sertanejas,

³⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico das Minas Gerais*. Belo Horizonte. Editora Saterb Ltda, 1971, p.411.

³⁷ Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártil São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793. Transcrição do Reverendo João C. Campos. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, p. 03.

³⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Op. Cit.*, p. 411-412. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 1898, tomo II, p. 751.

³⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. “Comércio e Fronteira em Minas Gerais Colonial”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para a História do Império Ultramarino*

da capitania mineira, expressa o interesse estatal de transformar o ermo em colônias e seus habitantes em fiéis vassalos.

Tabela I: Batismos de Indígenas Barra da Pomba (1767- 1793).

Ano	Inocentes		Adultos		Total de batismos
	A	%	A	%	
1767-1768	24	80	6	20	49
1769-1770	27	55,10	22	44,89	90
1771-1772	66	73,33	24	26,67	65
1773-1774	35	53,85	30	46,15	65
1775-1776	46	46	54	54	100
1777-1778	56	59,57	38	40,43	94
1779-1780	51	75	17	25	68
1781-1782	46	65,72	24	34,28	70
1783-1784	36	73,47	13	26,53	49
1785-1786	24	64,87	13	35,13	37
1787-1788	59	76,63	18	23,37	77
1789-1790	65	73,87	23	26,13	88
1791-1792	131	78,91	35	21,09	166
1793	51	77,27	15	22,73	66
Total	717	68.35	332	31.65	1049

Fonte: Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793, p. 1-200. Transcrição do Reverendo João C. Campos, no ano de 1930. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba.

Tabela II: Número de batizados anuais de indígenas e sua correspondência com o total de assentos.

Ano	A	%
1767-1768	30	2,85
1769-1780	49	4,67
1771-1772	90	8,57
1773-1774	65	6,19
1775-1776	100	9,53
1777-1778	94	8,96
1779-1780	68	6,48
1781-1782	70	6,67
1783-1784	49	4,67
1785-1786	37	3,52
1787-1788	77	7,34
1789-1790	88	8,38
1791-1792	166	15,82
1793	66	6,29
Total	1049	100

Fonte: Livro de Traslados de Assentos de Batismos da Freguesia do Mârtir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos 1767-1793, p. 1-200. Transcrição do Reverendo João C. Campos, no ano de 1930. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba.